

Comissão monitora exploração de petróleo

Programas de treinamento ambiental e de comunicação fazem parte das exigências

ZENILTON CUSTÓDIO

Linhares - Sucursal - Preocupado com os impactos ambientais que poderão ser provocados e também pela necessidade de agilizar os licenciamentos, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) criou no Espírito Santo uma comissão especial denominada Grupo de Apoio ao Licenciamento do Petróleo no Mar (GLP - Mar). O órgão envolve representantes da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), da Coordenação de Pesca da Secretaria de Estado da Agricultura, dos municípios localizados nas áreas de exploração e do próprio Ibama. Uma das principais preocupações está relacionada aos prejuízos que poderão ser acarretados para a área pesqueira.

Devido à urgência da situação, mesmo sem estar integralmente constituída, a comissão já iniciou suas atividades. O primeiro processo em discussão envolve a empresa argentina Repsol-Yps que, em parceria com a Petrobras, pretende realizar duas perfurações na costa Norte, uma a nove quilômetros e outra a cinquenta da foz do Rio Doce, sendo que o início das operações está previsto para a primeira quinzena do próximo mês. Já ficou definido, conforme destacou o oceanógrafo Joca Tomé, do Ibama, que integra a comissão, que deverá ser instalado um sistema de iluminação especial nas plataformas de trabalho. A medida, inédita no país, foi to-



Arquivo

Risco

Um dos itinerários de migração das baleias da espécie jubarte fica numa das áreas que serão exploradas. Entre julho e janeiro, as baleias se deslocam para Abrolhos

mada em função de esta parte do litoral estar localizada em uma das principais áreas de desova da tartaruga marinha do país e um dos principais bancos pesqueiros do Brasil.

De acordo com Joca Tomé, já foi solicitado à Repsol-Yps que, segundo ele, tem atendido a todas as medidas propostas, um estudo mostrando os impactos que a atividade deverá representar para o setor pesqueiro. A empresa contratada para realizar o serviço foi a Biodinâmica, do Estado do Rio de Janeiro. Com base no diagnóstico do setor pesqueiro, segundo o oceanógrafo, deverão ser estabelecidas as medidas mitigadoras e

compensatórias, de praxe neste tipo de licenciamento. Também preocupa, disse, o fato de o itinerário de migração das baleias da espécie jubarte estar localizado na área de exploração. Relatou que entre julho e janeiro elas se deslocam da Antártida para a região de Abrolhos, que se estende da foz do Rio Doce até Porto Seguro, no Estado da Bahia. A primeira providência, revelou, foi iniciar a prospecção pelo posto mais distante da costa, amenizando assim o impacto nos períodos de novembro e dezembro, quando as baleias e as tartarugas estão na região.

Entre as medidas mitigadoras, que são adotadas para evitar os

possíveis impactos que ocorrerão, Joca Tomé destacou a necessidade de as empresas exploradoras organizarem um esquema para atuar em caráter de emergência em caso de acidentes. Também deverão ser exigidos programas de treinamentos ambientais e de comunicação social, voltados para as comunidades da região e para os trabalhadores destacados nas plataformas. Outro item da pauta de exigências refere-se à implantação de um programa de controle da biota marinha, que teria o objetivo de monitorar a fauna marinha, com ênfase para o comportamento dos quelônios e peixes durante as atividades.